

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES REALIZADAS ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2015

Alessandro Pires de Carvalho¹

Resumo

As políticas de acesso e permanência dos estudantes nas Instituições de ensino têm sido largamente discutida nos últimos anos pelos estudiosos devido à expansão da Educação Superior ocorrida expressivamente depois do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, bem como lançamento e implantação do Programa Universidade para Todos e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais. A assistência estudantil busca garantir aos alunos de baixa renda a continuidade dos seus estudos. Sendo assim, esse artigo buscou analisar as publicações ocorridas nos anos de 2006 a 2015 que abordam o tema. Esse trabalho foi realizado por meio de uma busca sistemática no Portal de Periódicos da CAPES de onde foram retirados após metodologias de escolha por conveniência, 9 artigos que contaram ao todo com 19 autores, sendo em sua maioria (62,5%) detentores do título de doutor, e 36,21% com formação em Serviço Social. Outro fator importante é que todas as publicações ocorreram em periódicos ligados à Educação e concentradas em sua maior parte em 3 anos – 2011, 2013 e 2014.

Palavras-chave: Educação Superior, Assistência Estudantil, PNAES, busca sistemática.

¹ Mestrando em Administração de Organizações pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás. Técnico-administrativo no cargo de Contador do Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás - IFG.

1 – Introdução

A realização deste trabalho advém da necessidade de se conhecer as publicações existentes, relativas principalmente à Assistência Estudantil. A busca sistemática dessas publicações teve como fonte principal o Portal de Periódicos da CAPES, que é uma instituição de apoio e fomento à pesquisa no Brasil, sendo assim possui uma contribuição muito grande para tal área por ser responsável entre outras atividades, avaliar os programas de pós-graduação. Seu portal reúne mais de 37 mil² publicações periódicas, internacionais e nacionais, de diversos tipos: artigos, resumos de trabalhos acadêmicos, teses, dissertações, além de notas técnicas.

As políticas nacionais de acesso, inclusão e permanência estudantil, hoje em maior evidência em virtude dos grandes investimentos nas áreas decorrentes da criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)³, avançaram no intuito de cumprir o que determina a Constituição Federal de 1988, no seu artigo nº 206: garantir “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (p.136).

Assim esse trabalho tem como finalidade principal identificar na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, artigos científicos relacionados à Assistência Estudantil, especialmente nos últimos 10 anos, 2006 a 2015, principalmente pelo fato de que a criação do PNAES se deu no ano de 2010, porém antes dessa regulamentação, via decreto, já existia uma Portaria do Ministério da Educação – PORTARIA NORMATIVA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007, porém o Programa fora instituído apenas no âmbito da Secretaria de Educação Superior.

Após a identificação dos artigos, será realizada a análise para melhor compreensão desses documentos, principalmente no que tange aos periódicos em que são publicados, frequência das publicações distribuídas por ano, grau de formação dos autores e também a área de formação dos autores durante sua graduação.

Para Taufick (2011) durante estudo realizado nos regulamentos de assistência estudantil de 30 Institutos Federais de Educação, espalhados pelo país, os objetivos presentes possuem determinados aspectos considerados de grande importância como: social, formação integral, acadêmico, acadêmico-social, saúde e bem estar e gestão da política. Destaca também que em grande número o aspecto social possui o maior

² Informação retirada no portal:

http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=133

³ Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010

quantitativo de objetivos e também está presente na maioria dos regulamentos.

Os estudos acadêmicos no campo das políticas educacionais no Brasil vêm sendo marcados pelo seu foco de forma efervescente tendo em vista o surgimento de novos e diversos interesses. Interesses esses que não surgem simplesmente por conta de novos programas ou projetos de ações, mas também de políticas governamentais que contribuem para melhores condições aos alunos. Com isso observa-se que padrões de políticas educativas estão sendo estabelecidos pelas constantes mudanças que têm ocorrido, e em torno da educação enquanto aprendizagem ao longo da vida. (GUIMARÃES; PACHECO; SEABRA, 2013; SANTOS, 2014)

Em sua análise Souza (2011) conclui que, mesmo após avanços na implementação, e diante da insuficiência de assistências que ainda persiste para que sejam atendidas as demandas os desafios para implementação são constantes e presentes.

2 – A educação e sua relação com as políticas públicas, em especial as educacionais – Assistência Estudantil

Para uma melhor clareza no entendimento dos pontos abordados nesse estudo buscou-se estruturar nesta seção discussão de alguns pontos que são de fundamental importância para entendimento das análises realizadas sobre educação e políticas públicas relacionadas à assistência estudantil.

A educação, como um Direito previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2012), nossa carta magna, em seu art. 205, traz que a educação é um direito de todos e dever do Estado e ainda em seu art. 206 que trata dos princípios do ensino e em nos diz assim “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” (p. 136) cabe então fazer uma análise de como as políticas de assistência ao estudante contribuem para o desempenho e para o bem-estar dos alunos assistidos, relacionando e analisando, por intermédio das bases de dados disponíveis no Ministério da Educação – MEC, os indicadores. Nos últimos anos há uma crescente discussão quanto à política pública e sua contribuição para todas as áreas da Administração Pública e não é diferente quando se trata da Assistência Estudantil prestada pelo Governo Federal. A política pública nada mais é do que uma ação estatal buscando elaborar, planejar, executar, financiar ações comprometidas com a consolidação do Estado Democrático de Direito. (DOURADO, 2011; FARAH, 2011; LÜSCHER; DORE, 2011; SILVA, 2012).

Nesta discussão, política pública é a realização de uma diretriz objetivando enfrentar

um problema público, e possui elementos fundamentais sendo eles: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Alguns tipos de políticas públicas são encontrados na literatura, entre elas temos a tipologia proposta por Theodore J. Lowi que são classificadas segundo quatro tipos: regulatórias, distributivas, redistributiva e constitutivas. (LOWI, 1964; SECCHI, 2013)

Nesse Sentido s instituições têm um papel importante quanto a políticas públicas. De acordo com a escola institucionalista proposta por North (1991) essas instituições são restrições humanas criadas para uma estruturação política objetivando uma estruturação política econômica e social, sendo assim consideradas regras do jogo.

Essas restrições são classificadas em duas categorias: as informais e as formais. As restrições informais são advindas da troca de informações ocorridas no âmbito social fazendo parte da cultura, ou seja, são as tradições, os códigos de conduta, as sanções, os tabus e os costumes. Sendo que as restrições formais que são aquelas baseadas em formas legais, aumentam a eficácia dessas restrições informais modificando-as ou superando, como exemplo, as constituições e as leis. (NORTH, 1991)

Várias discussões permeiam o âmbito acadêmico quando se trata de políticas educacionais, principalmente em se tratando das assistências ao estudante. Isso no decorrer dos anos, e em especial nos últimos, quando tem acontecido a expansão das Instituições Federais, com crescente número de matrículas. Essa expansão permite uma análise a respeito da relação entre Estado e a Sociedade, em que o primeiro contribuindo para o bem-estar social do segundo. Estudos comprovam que há um grande descompasso entre o crescimento da Educação Média e o crescimento da Educação Superior. (CARVALHO, 2014; LÜSCHER; DORE, 2011; RISTOFF, 2014)

Para Vasconcelos (2010), a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil representa um marco histórico, porém, considerou que seria prematuro tirar conclusões definitivas e pontuou também que este sempre foi almejado por profissionais que atuam na Educação, principalmente para aqueles profissionais diretamente ligados à assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino.

A assistência estudantil objetiva prover de recursos financeiros os estudantes com o intuito de que possam superar impedimentos transpondo os obstáculos com ações que proporcionem condições de saúde, acesso a instrumentais pedagógicos fundamentais e necessários a suas necessidades educativas, e também proporcionando, muitas vezes,

recursos mínimos como moradia, alimentação e transporte. (ALVES, 2002; ASSIS et al., 2013)

Nesse contexto e analisando as tipologias de políticas públicas propostas por Lowi (1964), a assistência estudantil é classificada como uma política redistributiva, ou seja, o benefício concedido é concentrado em uma determinada categoria de atores implicando custos concentrados em outras categorias, o que acaba provocando diversos conflitos.

Tabela 1 – Esquematização dos artigos da base teórica quanto aos objetivos e método de pesquisa utilizado

Autor	Objetivo	Método
Carvalho (2014)	Analisar as políticas públicas de educação no Governo Lula, principalmente relacionadas a expansão e o financiamento do Ensino Superior, fazendo uma avaliação da formulação e da implementação dessas políticas.	Análise documental de conteúdo na legislação vigente e análise quantitativa envolvendo a estatística descritiva, tendo como banco dados os Censos da Educação Superior de 2003 a 2010, para os dados financeiros utilizou-se as informações constantes no portal do Senado Federal relativos à Execução financeira e orçamentária da União.
Ristoff (2014)	Verificar como o conjunto de políticas para o setor educacional – PROUNI ⁴ , PROIES ⁵ , REUNI ⁶ , SISU ⁷ , FIES ⁸ , Lei de Cotas nas	Análise quantitativa e qualitativa dos microdados referentes ao questionário sócioeconômico do ENADE

⁴ Programa Universidade para Todos

⁵ Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior

⁶ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais

⁷ Sistema de Seleção Unificada

⁸ Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

	Instituições Federais, PNAES ⁹ – se expressam e são perceptíveis no perfil socioeconômico do estudante de graduação.	organizando esses e avaliando segundo agrupamento por cor, renda familiar, origem escolar do estudante e escolarização e grau de instrução dos pais desses estudantes em 6 cursos com maior número de estudantes (Medicina, Odontologia, Direito, História, Pedagogia e Psicologia).
Alves (2002)	Analisar as políticas de assistência estudantil na Educação Superior, de acordo com a legislação vigente, identificando os benefícios que podem ser gerados aos estudantes assistidos.	Análise bibliográfica por meio de pesquisa aplicada as legislações vigentes de assistência estudantil no âmbito da educação superior.
ASSIS et al. (2013)	“Discutir e analisar as Políticas de Assistência Estudantil, praticadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), notadamente as Universidades Federais e Estaduais, dentro de um conjunto de modificações e reformas mais amplas”.	Análise de 11 instituições que possuíam assistência estudantil mais abrangente, ou seja, uma pesquisa aplicada, de cunho qualitativo fazendo estudo de caso nessas instituições, buscando explicar os fenômenos e atribuir significados as políticas de assistência estudantil.
Vasconcelos (2010)	Analisar a evolução histórica das políticas de assistência estudantil na educação superior no Brasil, buscando compreender como	Pesquisa bibliográfica, seguida de análise qualitativa dos dados, utilizando como fonte de dados além da legislação, <i>sites</i>

	esse processo tem ocorrido na Educação Superior Pública.	das instituições que possuem assistência ao estudante.
Dourado (2011)	“Tematizar as mudanças nas políticas e gestão para a educação superior no cenário mundial e discutir, os contornos e processos de regulação e controle desse nível de ensino no Brasil”.	Levantamento e análise bibliográfica história do Ensino Superior no Brasil, bem como de dados referentes ao quantitativo de matrículas em instituições de ensino superior nos anos de 1994, 1997 e 2002.
Farah (2011)	Analisar a incorporação da Administração Pública (AP) no Brasil, e também a incorporação dos estudos de Políticas Públicas (PP) enquanto integrante da área de AP.	Estudo histórico sobre a entrada da Administração pública enquanto ciência no Brasil, bem como o desenvolvimento das Políticas Públicas.
Lüscher e Dore (2011)	Caracterizar a educação técnica de Minas Gerais buscando identificar alguns fatores que favorecem a permanência ou a evasão escolar desses estudantes.	Análise bibliográfica histórica e análise documental para estudar e apresentar os índices de permanência/evasão escolar.
Silva (2012)	“Analisar fundamentos conceituais referentes às políticas públicas, a partir de seu surgimento, no contexto das alterações surgidas no modelo tradicional de administração pública”.	Análise documental bibliográfica buscando apresentar as políticas públicas e suas diversas etapas à luz de diversos autores.

Fonte: Elaborada pelo autor

3 – Aspectos metodológicos

O presente trabalho foi desenvolvido com a metodologia de revisão sistemática utilizando como fonte o Portal de Periódicos da CAPES buscando identificar publicações em diversos periódicos constante dessa base no que se refere à Política de Assistência Estudantil no período de 2006 a 2015. A amostra para análise segundo Babbie (1999) é classificada como do tipo não probabilística por se trata *r* de uma escolha intencional, de conveniência, descritivo, com método quantitativo e do tipo documental, buscando então identificar estudos que contribuíssem para o objetivo do trabalho.

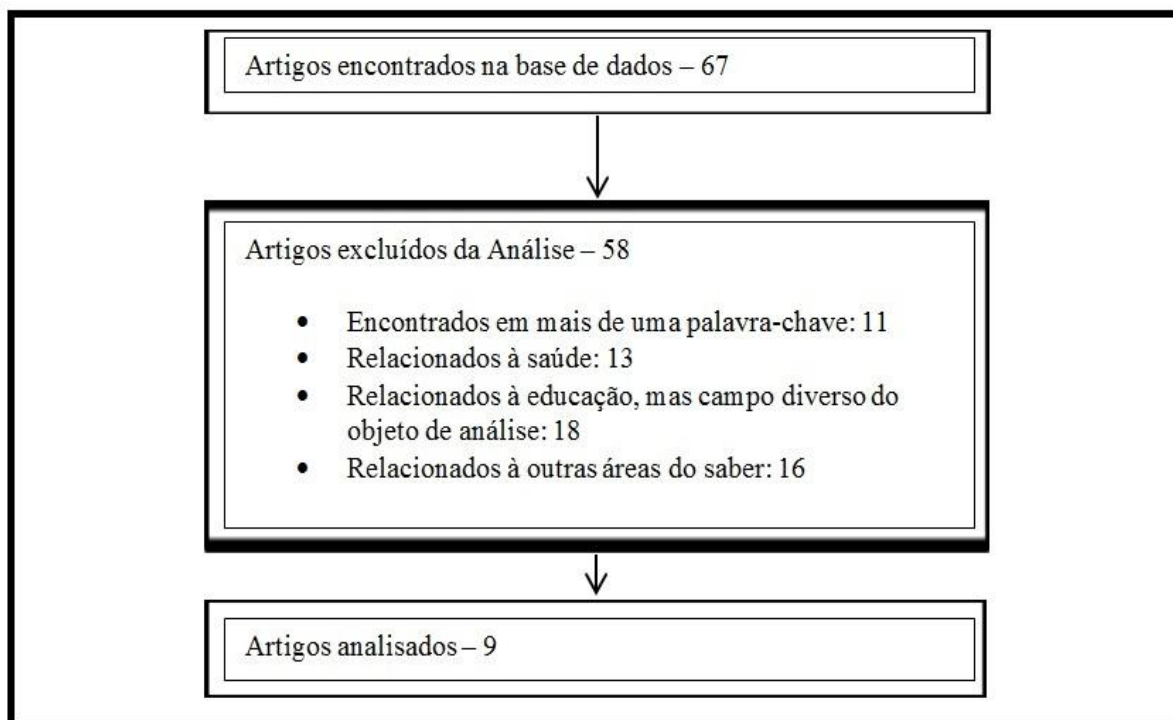
Para a coleta dos dados, utilizou-se as seguintes palavras-chave: assistência estudantil, auxílio permanência estudante, política estudantil e PNAES, filtrando pelo período de interesse (últimos dez anos) e também somente as publicações que se tratasse de artigos (descartando teses, dissertações, Recursos textuais, entre outros), durante a busca foram localizados 56¹⁰ artigos: assistência estudantil (30); auxílio permanência estudante (27); Plano Nacional de Assistência Estudantil (10);

Para seleção dos artigos a serem analisados foi feito uma leitura prévia do título e do resumo dos encontrados, para que a amostra ficasse contendo apenas aqueles com ligação direta com a política de assistência ao estudante de fato, haja vista que vários dos artigos retornados na busca eram muito ligados principalmente à questão de saúde, fato que motivou o descarte de imediato.

Após isso restou para análise 9 artigos todos com relação direta com o objetivo de análise desse trabalho, o método utilizado para seleção dos artigos está demonstrado abaixo, conforme figura 1.

¹⁰ Neste número já foram descartados os artigos encontrados em mais de uma busca por palavras-chave.

Figura 1 – Método de seleção dos artigos analisados



Fonte: Elaborada pelo autor através dos dados da pesquisa

4 – Análise dos dados

4.1 – Classificação por periódico e período de publicação

Observa-se na análise que as publicações estão pulverizadas em diversos periódicos, como pode ser visto na tabela 2, cada um dos nove artigos foram publicados em uma revista diferente, não havendo, portanto, nenhuma com maior incidência de publicações, o que nos leva a concluir que ainda não há um determinado periódico focado nas publicações que se referem a esse tema.

Entretanto, podemos chegar à conclusão que todas essas publicações são realizadas em periódicos dedicados a publicarem estudos sobre Educação – conclusão feita por meio do título da revista e do objetivo encontrado no sítio do periódico – principalmente aqueles dedicados à publicação de estudos sobre a Educação Superior.

Outro fator que chama a atenção é que a maior incidência de publicações 33,33% se dá exatamente no ano posterior a promulgação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que amplia a Assistência Estudantil. Nos anos de 2013 e 2014 também temos maior número de publicações, sendo 22,22% em cada um deles, portanto, na análise temporal de 10 anos,

77,77% das publicações se concentram apenas em três anos (2011, 2013 e 2014).

Tabela 2 – Distribuição das publicações por periódico e por ano de publicação.

Periódico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Revista de Gestão Universitária na América Latina - GUAL								1		
Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)						1				
Textos & Contextos									1	
Revista da Universidade Vale do Rio Verde							1			
Argumentum									1	
Vértices						1				
Revista Iberoamericana de Evaluación				1						

Educativa										
Espacio Abierto: Revista Venezolana de Sociología						1				
Revista Iberoamericana de Educación Superior								1		
Total	-	-	-	1	-	3	1	2	2	-

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da pesquisa

4.2 – Periódicos e relação com os autores

Importante observar, conforme tabela 3, que não há publicações de uma mesma autoria, sendo que pelas nove publicações foram responsáveis ao todo 19 autores, contudo 44,44% dessas publicações são de autoria individual, chegando quase ao quantitativo daquelas publicações com coautorias, 66,66%. A maior incidência de publicações, em se tratando daquelas com coautorias, se dá com dois autores totalizando 33,33%.

Esses dados, principalmente no que se refere ao quantitativo de autores, podem indicar que ainda há poucos pesquisadores interessados na temática em estudo, porém número esse que tem crescido nos últimos anos, tendo em vista que as publicações de 2013 e 2014, em sua maioria, foram publicadas com mais de um autor, totalizando assim, somente nesses dois anos, 47,4% dos 19 autores.

Tabela 3 – Relacionamento dos autores com os periódicos em que publicaram.

Periódico	Autores
-----------	---------

Revista de Gestão Universitária na América Latina - GUAL	Assis, Sanabio, Magaldi e Machado (2013)
Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)	Vargas (2011)
Textos & Contextos	Machado e Pan (2014)
Revista da Universidade Vale do Rio Verde	Rocha e Andrade(2012)
Argumentum	Santos e Freitas (2014)
Vértices	Moraes, Botelho, Fonseca, Almeida e Bastos (2011)
Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa	Andriola (2009)
Espacio Abierto: Revista Venezolana de Sociología	Almeida (2011)
Revista Iberoamericana de Educación Superior	Mattos (2013)

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da pesquisa

4.3 – Formação Acadêmica dos autores

Em sua maioria, 42,1% dos autores possuem ,na data da publicação, a titulação de Doutor, desses62,5% (o que corresponde então a 5 autores) optaram pela publicação com outros autores. Em seguida em igual proporção 21,05% cada, encontram-se as publicações de mestres e graduandos, conforme podemos ver na tabela 4.

Dos possuidores de título de doutor analisados nos dados, os três que optarem por

publicação isoladamente a fizeram em periódicos fora do país, como é o caso de Andriola (2009) que publicou no periódico Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa, Almeida (2011) em Espacio Abierto: Revista Venezolana de Sociología e Mattos (2013) em Revista Iberoamericana de Educación Superior.

Tabela 4 – Distribuição dos autores por formação acadêmica

Grau de formação	Nº de autores
Graduando	4
Graduação	3
Mestrado	4
Doutorado	8

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da pesquisa

Vale ressaltar a formação acadêmica de graduação dos autores constante na tabela 5, em que 84,21% dos autores têm formação em área relacionada diretamente à educação como: Serviço Social (36,85%), seguida por Letras e Psicologia (15,79% cada uma), e as demais formações como História, Pedagogia e Ciências Sociais (5,26% cada uma delas)

Tabela 5 – Distribuição dos autores por área de graduação

Área de Graduação	Nº de autores
Administração	1
Pedagogia	1
História	1
Ciências Sociais	1
Ciência e Tecnologia	1
Engenharia Industrial	1
Psicologia	3
Letras	3
Serviço Social	7

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da pesquisa

5 – Considerações finais

A realização desse trabalho foi de grande contribuição para compreender que os estudos relacionados à Assistência Estudantil ainda têm muito a caminhar, principalmente pelo fato de que a cada ano mais pessoas ingressam no ensino superior por meio de incentivos do Governo, seja pela Lei de Cotas, ou por bolsas concedidas por ele.

Dessa maneira, os estudos permitem analisar a real contribuição principalmente no cunho

social para esses alunos. Como podemos observar pelas análises dos dados, grande parte dos autores de publicações estão ligados à Educação principalmente na área social, como é o caso dos profissionais do Serviço Social. Nesta perspectiva, percebemos que esses profissionais têm grande importância para a área de pesquisa relacionada à temática de assistência estudantil.

Outro aspecto importante diz respeito às publicações serem realizadas recentemente, especialmente de 2011 em diante, o que revela que a publicação do Decreto que regulamentou o Plano Nacional de Assistência Estudantil contribuiu fortemente para despertar o interesse dos pesquisados.

Considerando então a importância já destacada, observa-se que a continuidade dos estudos na tentativa de complementar os já existentes, ou ainda, trazer novos fatores para que se possa entender essa relação entre a assistência estudantil e os alunos assistidos pelos programas nas diversas instituições espalhadas pelo país é mais do que necessária.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, M. L. DE. Universidad y desigualdad social: la difícil superación de la falsa disyuntiva entre teoría y práctica. **Espacio Abierto: Revista Venezolana de Sociología**, v. 20, n. 2, p. 267–288, 2011.

ALVES, J. DE M. A assistência estudantil no âmbito da política de Educação Superior. **Serviço Social em revista**, v. 5, n. 1, 2002.

ANDRIOLA, W. B. Planejamento Estratégico e Gestão Universitária como Atividades Oriundas da Auto-Avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES): o Exemplo da Universidade Federal do Ceará. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, v. 2, n. 2, p. 82–103, 2009.

ASSIS, A. C. L. DE et al. As políticas de assistência estudantil: Experiências comparadas em Universidades públicas Brasileiras. **Revista de Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 6, n. 4, p. 125–146, 2013.

BABBIE, E. **Método de pesquisa survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CARVALHO, C. H. A. DE. Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 58, n. Junho, p. 209–244, 2014.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 53–65, 2011.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 813–836, 2011.

GUIMARÃES, E. R.; PACHECO, J. A.; SEABRA, F. Políticas de educação

profissional em Portugal e no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 29, n. 3, p. 557–574, 2013.

LOWI, T. J. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. **World Politics**, v. 16, n. 4, p. 677–715, 1964.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão - RBPG**, v. 8, n. supl. 1, p. 147–176, 2011.

MACHADO, J. P.; PAN, M. A. G. DE S. Política Pública e Subjetividade: a assistência estudantil na universidade. **Textos & Contextos**, v. 13, n. 1, p. 184–198, 2014.

MATTOS, M. B. Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. IV, n. 10, p. 135–142, 2013.

MORAES, C. A. DE S. et al. O estudante do ensino superior: identificando categorias de análise. **Vértices**, v. 13, n. 3, p. 205–218, 2011.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economics Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97–112, 1991.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus Brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 19, n. 3, p. 723–747, 2014.

ROCHA, J. H. R. DA; ANDRADE, P. C. DE R. Ensino superior, realidade socioeconômica e cultural dos graduandos: um estudo de caso na UFVJM. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 10, n. 1, p. 255–264, 2012.

SANTOS, G. DE; FREITAS, L. O. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, v. 6, n. 2, p. 182–200, 2014.

SANTOS, A. L. F. DOS. Conhecimento e interesse: analisando fatores que influenciam a constituição do campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, n. 1, p. 161–180, 2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de análise, Casos Práticos**. 2ª. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2013.

SILVA, R. N. DA. Políticas Públicas e Administração Democrática. **Seqüência**, v. 33, n. 64, p. 57–84, 2012.

SOUZA, F. S. DE. Os desafios para a implantação e implementação da política de assistência estudantil no IFMT. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 23 a 26 de agosto. 2011.

TAUFICK, A. L. DE O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, n. 1, p. 181–201, 2011.

VARGAS, M. DE L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 1, p. 149–163, 2011.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, v. 17, n. 2, p. 599–616, 2010.